



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: Zoonews

Data: 09/08/2013

Link: <http://www.zoonews.com.br/>

Assunto: Estudo identifica espécimes de madeiras tropicais comercializadas em São Paulo

Estudo identifica espécies de madeiras tropicais comercializadas em São Paulo

Anualmente, estima-se que 24 milhões de m³ de madeira em toras sejam extraídas da Floresta Amazônica, dos quais, aproximadamente 15% são absorvidos já desdobrados pelo mercado do Estado de São Paulo. A estatística indica esse estado como o maior consumidor mundial de madeira nativa da Amazônia, perfazendo um total de 3,6 milhões de m³ armazenados e consumidos pelos diversos setores do segmento madeireiro da economia paulista. Um estudo realizado na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (USP/ESALQ), buscou identificar e descrever a estrutura anatômica das principais madeiras comercializadas em São Paulo, contribuindo para o diagnóstico das espécies arbóreas submetidas à maior pressão de exploração nas florestas naturais de sua região ecológica de origem.

De acordo com o biólogo Luiz Santini Junior, responsável pela pesquisa, a necessidade de fiscalização e da regulamentação do comércio de madeiras tropicais impulsionou o governo do Estado de São Paulo a implantar, em 2007, o Projeto “São Paulo Amigo da Amazônia” (SPAA), pelo decreto nº 53.047, de 02 de junho de 2008, criando-se o Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas/CadMadeira, para empresas que comercializam produtos e subprodutos de origem nativa da flora brasileira no Estado de São Paulo o CadMadeira. “A fiscalização prevista pelo CadMadeira baseia-se em vistorias às madeireiras cadastradas selecionadas por meio de agendamento prévio, sendo vistoriadas pela conferência dos Documentos de Origem Florestal (DOF’s) e pela identificação macroscópica das madeiras em pátio e pela medição do volume das madeiras (cubagem)”, explicou inicialmente o pesquisador para depois entrar no mérito do seu projeto.

Santini Jr. tem experiência nessa linha de pesquisa, tendo integrado a equipe de técnicos em identificação de madeiras do SPAA, no Instituto Florestal (IF) de São Paulo, de 2009 a 2011. “Esse projeto, é coordenado pela pesquisadora Sandra Monteiro Borges Florsheim, do Laboratório de Anatomia, Identificação e Qualidade da Madeira do IF, representando um dos 21 projetos estratégicos do governo de São Paulo e tem por objetivo coibir a entrada de madeira ilegal, principalmente de origem amazônica, no território paulista”, destacou.

O pesquisador lembra que no caso de se atestar a regularidade dos estoques nos estabelecimentos vistoriados, a empresa recebe a certificação “Selo Madeira Legal”, da Secretaria do Meio Ambiente. No entanto, ao longo das vistorias do CadMadeira, observou-se que as madeireiras comercializam as espécies por meio de nomes populares das madeiras. O fato mostrou-se um grave problema na regularização deste comércio, pois diferentes espécies florestais nativas são agrupadas e vendidas com sendo da mesma espécie. “Esse agrupamento errôneo pode lesar o consumidor, pois este não obterá a madeira correta para determinada aplicação e, o pior, pode camuflar o comércio de espécies protegidas por lei que são vendidas em meio a outras com características semelhantes”, observou Santini Jr.

Outro problema identificado proveniente diante desse tipo de comercialização diz respeito à falta de controle sobre quais espécies estão sendo mais exploradas e sofrem maior pressão ambiental devido a sua comercialização. “Isso porque num mesmo lote de madeiras separadas pelo nome popular pode-se encontrar, por exemplo, três espécies distintas, impossibilitando o conhecimento sobre quais espécies florestais estão sendo mais suprimidas da floresta nativa”, esclareceu o biólogo.

Nesse contexto, o pesquisador decidiu transformar as experiências e os resultados obtidos ao longo das vistorias do “Projeto São Paulo Amigo da Amazônia” e do “CadMadeira” em um estudo mais aprofundado de mestrado. O trabalho intitulado “Descrição macroscópica e microscópica da madeira aplicada na identificação das principais espécies comercializadas no Estado de São Paulo – Programas São Paulo Amigo da Amazônia e Cadmadeira”, pioneiro no controle de comércio legal de madeiras em São Paulo, teve como objetivos específicos elaborar uma chave para identificação das espécies encontradas,

identificar e apontar os principais agrupamentos errôneos de madeiras pelo nome popular e, separar essas espécies agrupadas erroneamente por meio de características anatômicas peculiares de cada espécie florestal encontrada no estudo.

Como resultados do estudo que se deu no período de novembro de 2008 a julho de 2011, sendo vistoriadas 68 empresas que atuam no setor madeireiro, distribuídas em 37 municípios do estado de São Paulo, identificou-se a predominância de 90 espécies florestais comercializadas. A cupiúba (*Goupia glabra*) foi a espécie mais ocorrente (26 municípios). Já a família botânica Fabaceae foi a mais representativa com 32 espécies. Também foi possível identificar oito principais agrupamentos errôneos pelo nome popular das madeiras sendo eles: Abiú (*Chrysophyllum* sp.; *Micropholis* sp. e *Pouteria* sp.), Amescla (*Protium* sp. e *Trattinnickia* sp.), Bacuri (*Moronobea pulchra* e *Platonia insignis*), Caixeta Amarela (*Parkia* sp. e *Simarouba amara*), Cambará (*Qualea* sp. e *Vochysia* sp.), Louro Pardo (*Cordia trichotoma* e *Nectandra* sp.), Sucupira (*Bowdichia virgilioides* e *Diploptropis* sp.), Tauari (*Cariniana micrantha* e *Couratari guianensis*).

Finalizando, Santini Jr. afirmou que os resultados desse estudo elucidaram que a identificação das espécies florestais por meio da anatomia de suas madeiras é de fundamental importância para o sucesso dos projetos de fiscalização e de regulamentação do comércio de madeiras, pois permite conhecer as principais espécies que estão sendo comercializadas em determinadas regiões de São Paulo. “Esses resultados nos possibilitaram identificar as espécies que estão sofrendo maior pressão ambiental devido à sua comercialização pelo mercado paulista, além de apontar irregularidades de práticas no comércio de espécies de madeiras protegidas por lei, adquirindo um papel fundamental na redução do desmatamento das florestas tropicais e na manutenção da biodiversidade brasileira”, concluiu o pesquisador.

O autor do trabalho, Luiz Santini Junior, é biólogo formado em 2010 pela Universidade Paulista. Atualmente, é mestrando do Programa de Pós-Graduação (PPG) em Recursos Florestais da ESALQ, sob orientação de Mario Tomazello Filho, docente do Departamento de Ciências Florestais (LCF). Atua na linha de pesquisa de Tecnologia de Produtos Florestais, no Laboratório de Dendrocronologia, Anatomia e Identificação de Madeiras. O estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Fonte: Assessoria de Comunicação USP ESALQ

Fonte: Zoonews